



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

EDLENE DE SOUZA OLIVEIRA

**O TERCEIRO SETOR NA CONJUNTURA DA CRISE DO CAPITAL E DO
NEOLIBERALISMO: O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO PELA APAE –
CAMPINA GRANDE – PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2019

EDLENE DE SOUZA OLIVEIRA

**O TERCEIRO SETOR NA CONJUNTURA DA CRISE DO CAPITAL E DO
NEOLIBERALISMO: O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO PELA APAE –
CAMPINA GRANDE – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Aliceane de Almeida Vieira.

CAMPINA GRANDE – PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48t Oliveira, Edlene de Souza.

O terceiro setor na conjuntura da crise do capital e do neoliberalismo [manuscrito] : o trabalho social desenvolvido pela APAE - Campina Grande - PB / Edlene de Souza Oliveira. - 2019.

41 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Neoliberalismo. 2. Neoliberalismo. 3. APAE. 4. Crise do Capital. 5. Trabalho social. I. Título

21. ed. CDD 361.763

EDLENE DE SOUZA OLIVEIRA

O TERCEIRO SETOR NA CONJUNTURA DA CRISE DO CAPITAL E DO
NEOLIBERALISMO: O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO PELA APAE –
CAMPINA GRANDE – PB

Artigo apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharela em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social.

Aprovada em: 18 / 02 / 2019

Nota: 8,5 (Dito e Meio)

BANCA EXAMINADORA

Aliceane de Almeida Vieira

Prof.^a Ms. Aliceane de Almeida Vieira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Noalda Ramalho

Prof.^a Dra. Maria Noalda Ramalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Romilda Nascimento Oliveira

Romilda Nascimento Oliveira
Assistente Social da Associação de Pais e Amigos
dos Excepcionais – APAE/CG

Dedico, primeiramente, a Deus porque sem Ele não tinha chegando até aqui e aos meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estar sempre ao meu lado, nos momentos de felicidade enchendo-me de alegria e, nos momentos difíceis mostrando-me a lição que deveria aprender para me tornar um ser humano melhor.

Aos meus queridos pais Everaldo e Josefa que me receberam nesta terra e, me ensinaram o valor do trabalho honesto, do amor ao próximo, da solidariedade, da amizade, do canto, do riso, da alegria, da vida! Agradeço pelo amor, carinho e por tudo o que recebi na minha infância, pois sei que fizeram o melhor que puderam dentro das limitações e nível de consciência que possuíam.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial, a Professora Aliceane Almeida pela paciência e orientação deste trabalho.

Agradeço a professora Maria Noalda e a assistente social Romilda Nascimento por terem aceitado o convite em fazer parte da Banca Examinadora. Minha gratidão pela generosidade em compartilhar comigo suas experiências e conhecimentos profissionais nessa trajetória acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos a todos os professores do Departamento de Serviço Social que contribuíram de forma significativa nesta minha formação.

Agradeço aos amigos e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

Penso em todos os que estão desempregados, freqüentemente por causa duma mentalidade egoísta que procura o lucro a todos os custos.

Papa Francisco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO SOB A CRISE DO CAPITAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	11
2.1 Crise e reestruturação do capital.....	11
2.2 O projeto neoliberal do capitalismo à brasileira.....	16
3. TERCEIRO SETOR, DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO E AS ONG's: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO.....	22
3.1 O Terceiro Setor no Brasil.....	22
3.2 As Organizações Não Governamentais (ONG's).....	28
3.2.1 O trabalho social desenvolvido pela APAE – Campina Grande-PB.....	31
4. CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

O TERCEIRO SETOR NA CONJUNTURA DA CRISE DO CAPITAL E DO NEOLIBERALISMO: O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO PELA APAE – CAMPINA GRANDE – PB

Edlene de Souza Oliveira¹

RESUMO

Este artigo é fruto das reflexões construídas a partir da disciplina de Estágio Obrigatório em Serviço Social e da disciplina Movimentos Sociais - II vinculada ao Curso de Serviço Social da UEPB, realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Campina Grande-PB. A problemática de estudo apresentada foi observada devido a um grande número de ONG's que vem se firmando na sociedade para responder as demandas que o Estado não supre com as políticas sociais através do trabalho voluntário, filantropia e caridade. No município de Campina Grande-PB, destaca-se o trabalho social desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE/CG) considerada uma associação sem fins lucrativos que presta serviços assistenciais às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. A metodologia utilizada no estudo consta de pesquisas bibliográfica e documental de autores como: Montañó (2002); Muller (2003); Carinhato (2008); Nascimento (2011); Harvey (2012); Neto e Braz (2012); Iamamoto (2014) entre outros. O estudo aponta que o surgimento e fortalecimento do Terceiro Setor e das ONG's no país configura um processo crescente estratégico do capital na retirada do papel do Estado frente às problemáticas sociais que são repassadas para a sociedade civil como forma de enfrentamento a desigualdade social. Nesse contexto, também, verificou-se que ocorre o incentivo a participação de pessoas voluntárias, ações filantrópicas (física e jurídica) e da caridade oriundas de diferentes classes sociais, a exemplo, da APAE/CG.

Palavras-Chave: Crise do Capital. Estado. Neoliberalismo. Terceiro Setor. APAE.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa apresentada surgiu através da experiência acadêmica de Estágio Obrigatório em Serviço Social realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no município de Campina Grande - PB, e da disciplina Movimentos Sociais II, ministrada no Curso de Serviço Social da UEPB.

¹ Aluna de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: Lena_b.13@hotmail.com

Foi a partir da observação no campo de estágio e das discussões em sala de aula que se manifestou o interesse pela pesquisa a respeito do impacto da lógica neoliberal e da ampliação do Terceiro Setor² no país sob a conjuntura da crise do capital. Nesse sentido, objetiva-se abordar o crescimento do Terceiro Setor como resultado da conjuntura de crise do capital e do neoliberalismo e no fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONG's).

A crise dos anos de 1970 trouxe profundos impactos nas políticas sociais com a reconfiguração do papel do Estado articulada a reação burguesa. Foi uma crise de superprodução fundada na lei do valor, no desemprego estrutural (o mercado de trabalho foi radicalmente reestruturado e todas essas inovações levam à precarização das condições de vida dos trabalhadores que hoje é reconhecido com a ordem do desemprego e da informalidade), a introdução de técnicas do capital intensivo, a alta dos preços de matérias primas, a queda do volume do comércio mundial e um poder de barganha dos trabalhadores empregados.

A crise da acumulação do capital a partir desse período afetou a todos (Europa e Estados Unidos) por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada. A insatisfação dos Estados Unidos e da Europa foi generalizada e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos³ em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentava com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. (HARVEY, 2012)

A reestruturação produtiva corresponde ao processo de flexibilização do trabalho no processo de implementação do neoliberalismo, se efetivando em virtude dos avanços proporcionados pelas inovações tecnológicas, permitindo a eficiência no processo produtivo e minimizando os erros e acelerando a produção. Com essas

² O termo Terceiro Setor foi criado para resolver a dicotomia entre o público e o privado, onde o Estado (Primeiro Setor) é o público o qual utiliza de bens públicos para fins públicos e o mercado (Segundo Setor) sendo identificado como privado, visando benefícios particulares e lucro. O Terceiro Setor é um conjunto de organizações constituídas por agentes privados, mas com finalidade de bens e serviços públicos, vem ganhando importância e destaque no contexto do debate acadêmico e político atual sobre o papel da sociedade civil.

³ Em tempos adversos para as lutas do trabalho em contraponto aos ditames do capital, os ganhos e avanços destacados pelos movimentos urbanos têm se caracterizado por ser muito mais de cunho político e ideológico (no sentido de avanço no processo de consciência coletiva e de disposição para organizar-se politicamente) do que propriamente concretos. (GUIMARÃES, 2015, p. 733)

consequências veio à elevação do chamado emprego temporário, do processo de desregulamentação do trabalho instrumentalizado pela total desarticulação do sistema produtivo, acarretando a multiplicação dos contratos precários de trabalho e a diminuição dos salários, gerado pela aceleração dos índices de desemprego.

Dessa forma, a atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, principalmente, nos processos de privatizações, focalização e descentralização das políticas sociais com ênfase na seguridade social. As transformações societárias em curso afetam os circuitos produtivos que envolvem a totalidade social configuradas na sociedade tardo burguesa que surgiu da restauração do capital operado desde os anos de 1970, com as exigências imediatas do grande capital, senso assim, o projeto neoliberal restaurou a tríplice: a flexibilização, desregulamentação e a privatização.

No Brasil, a transição para o neoliberalismo deu-se de forma lenta, gradual e se confundiu com a década perdida (década de 1980) e com a transição para a democracia no país. Com a desresponsabilização do Estado no trato da questão social, ocorre o afastamento parcial da intervenção estatal na área social, subsidiando o processo ideológico de transferência da ação social para o Terceiro Setor. Sendo assim, o Terceiro Setor assume atividades sociais que eram prioritárias do Welfare State⁴, deixando de ser responsabilidade do Estado passando a ser de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores da ação de filantropia, solidariedade, voluntariado, de organizações e indivíduos.

Sendo assim, cada vez mais o Terceiro Setor vem ocupando espaço na sociedade contemporânea, com uma vasta rede de atores sociais, organizados em vários setores com a lógica de atividades filantrópica, voluntária, solidariedade social, identificada como auto ajuda ou ajuda mutua, a exemplo, das Organizações Não Governamentais (ONG's)⁵.

⁴ Se as políticas sociais eram, no Welfare State, funcionais ao capital, eram-no também, mesmo que de forma subordinada, contraditória e concomitantemente, funcionais à consolidação de demandas trabalhistas por direitos sociais universais. Se elas colaboravam com a acumulação capitalista, também confirmavam certas “conquistas históricas” dos trabalhadores. Com o desmonte neoliberal desse padrão de resposta estatal, essas conquistas trabalhistas esfumam-se, esvaziam-se. (MONTAÑO, s/d, p. 7)

⁵ São todas às organizações sem fins lucrativos, criadas por pessoas que trabalham voluntariamente em defesa de uma causa seja elas nas políticas públicas e pelo seu legítimo exercício de pressões políticas em favor das populações excluídas das condições de cidadania; essas organizações fazem parte do Terceiro Setor.

Nesse estudo, apresentaremos o trabalho desenvolvido pela APAE/CG na qual se configura como uma ONG com registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e certificado de filantropia, tendo como missão a filosofia de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação e apoio à família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a formação de uma sociedade mais justa e solidária. Essa instituição atende em média 469 usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla, em idade de 0 a 100 anos, oferecendo serviços de educação e saúde. (VASCONCELOS, 2018)

A metodologia utilizada para a construção do presente artigo foi à pesquisa bibliográfica e documental que Segundo Gil (2002, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Vale ressaltar que, parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. Para subsidiar as discussões no desenvolvimento do artigo foram utilizados autores como: Montaño (2002), Carinhato (2008), Nascimento (2011), Harvey (2012), Netto e Braz (2012), lamamoto (2014), Muller (2003) entre outros importantes autores. Por sua vez, a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas está na natureza das fontes. Foram utilizados na pesquisa documentos como Relatórios de Caracterização do Campo de Estágio na APAE de Campina Grande-PB e informações do próprio site oficial da instituição.

O presente Artigo está estruturado em quatro seções: Na primeira seção, apresentamos a *Introdução* explicando o interesse, objetivo, a problemática e a metodologia de estudo. Na segunda seção, intitulada *A Reestruturação Produtiva e os Impactos do Neoliberalismo sob a Crise do Capital na Sociedade Brasileira* traçando uma trajetória sobre a crise e a reestruturação do capital e o projeto neoliberal do capitalismo à brasileira. Na terceira seção, discorreremos sobre o *Terceiro Setor, Desresponsabilização do Estado e as ONG'S: Uma contribuição Para o estudo* apresentaremos algumas considerações sobre o Terceiro Setor e as Organizações não Governamentais (ONG's) e o trabalho social desenvolvido pelas APAE's, enfocando a APAE/CG. Em seguida, a *Conclusão e as Referências* utilizadas na construção do trabalho.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO SOB A CRISE DO CAPITAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

2.1 Crise e reestruturação do capital

O desenvolvimento capitalista a partir da consolidação do comando da produção pelo capital teve sucessivas crises econômicas. Em pouco mais de um século, como se constata a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente marcados por depressões caracterizadas por falência de empresas e para os trabalhadores desemprego e miséria.

Netto e Braz⁶ (2012, p.170) fazem uma análise teórica e histórica do modo de produção capitalista comprovando que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Sendo assim, não há capitalismo sem crise, uma vez que, a crise é constituída do modo de produção capitalista, caracterizando como expressão concentrada das suas contradições e do seu movimento real, sendo “ineliminável” no mundo do capital: “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”.

A crise tem suas raízes profundas na crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante da capacidade e da produção do setor manufatureiro internacional. Brenner (1998) explica que o grande deslocamento do capital para as finanças foi conseqüência da incapacidade da economia real, especialmente, das indústrias de transformações, proporcionando uma taxa de lucro adequada, assim a aparição do excesso de capacidade e da produção acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformações a partir do final da década de 1960, com raiz no crescimento acelerado do capital financeiro a partir da década de 1970.

Dessa forma, desde a década de 1970 que as transformações societárias emergiram redesenhando amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo, apresentando traços novos e processos inéditos. Estas transformações apresentaram mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e chegou a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e o

⁶ Conforme os autores, a crise é a expressão do caráter particularmente contraditório assumido pela acumulação do capital, contraditório devido os interesses do capitalista entrar em oposição, mais ou menos aguda, com seus interesses enquanto integrante da classe capitalista.

“desaparecimento” do proletariado como classe, mudanças que se conecta aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica em curso desde meados do século XX. Montaño (s/d, p. 5) enfatiza que,

Com o desenvolvimento sócio-histórico, a produção no modo capitalista exige relações sociais adequadas à acumulação ampliada de capital, o que demanda certas mediações “de segunda ordem”, de complexos sociais: ideologia, arte, direito, Estado, ciência e técnica etc. (Guerra, 2000: 15-6). Para Netto, “a sociedade burguesa, com o monopólio organizado e regulando o mercado, produz e reproduz os seus agentes sociais particulares” (1992: 37), e mais, acrescenta Guerra, “cria as estruturas, instituições, políticas e práticas capazes de dar-lhe sustentação nos planos da sua produção e reprodução” (2000: 17; grifos nossos).

A crise teve seu apogeu no período pós 1970 determinando um conjunto de alterações na sociedade capitalista como resultado da necessidade do capital de reestruturar-se nas esferas da produção e reprodução social, tendo como projeto societário – o *neoliberalismo*. O objetivo central era garantir os padrões de acumulação e manutenção da sua hegemonia para atingir de forma incontestavelmente diferentes classes sociais, com custos maiores para os trabalhadores. O capital se reorganiza nas relações e funções sociais para o Estado, a sociedade civil e o mercado, redefinindo as dimensões política, econômica, cultural e ideológica da vida social, tornando exponenciais as contradições entre as classes. (NASCIMENTO, 2012)

A guinada para o neoliberalismo iniciou no final dos anos 1970, começou acontecer depois das políticas keynesianas⁷ de controle da demanda, terem demonstrado incapacidade de restaurar a lucratividade e reacender a acumulação do capital. Do ponto de vista do capital, o monetarismo e o neoliberalismo de

⁷ As políticas keynesianas universalizaram nos anos 1970 persistiram nos Estados Unidos até o início dos anos 1990, contribuindo efetivamente para a perpetração do excesso de capacidade e da produção, ajudando a manter baixas as taxas de lucro agregados pelo aumento da demanda, o financiamento do déficit por empréstimos e o crédito fácil, permitiram que muitas firmas de custos altos e lucros baixos, que teriam ido à falência continuassem em atividade e mantivessem posições que poderiam ser ocupados por empresas de custos baixos e lucros altos. O keynesianismo amenizou inquestionavelmente a longa retração econômica prolongando e afastando uma depressão semelhante á dos anos 30. O rompimento definitivo com o keynesianismo só aconteceu nos anos 1990, constituído uma condição decisiva para a existência da turbulência econômica, abrindo o caminho para a economia internacional passando de uma estagnação de longa duração para uma crise intensa. (BRENNER, 1998)

maneira geral foi uma resposta ao fracasso da primeira opção, os gastos com o financiamento do déficit por meio de empréstimos na linha keynesiana. (BRENNER, 1998)

A atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, principalmente, nos processos de privatizações, focalização e descentralização das políticas sociais. Essas transformações que desdobram os circuitos produtivos que envolvem a totalidade social estão configuradas na sociedade tardo burguesa que surgiu da restauração do capital operado desde os anos de 1970, com exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurou a tríplice: a flexibilização, desregulamentação e a privatização. (NETTO, 2012)

Para este autor, essas transformações em curso envolveram a totalidade social, no que toca à estratificação social, verificando que a estrutura das classes da sociedade burguesa que vem se modificando sensivelmente, inclusive com o desaparecimento de antigas classes e camadas sociais, ocorrendo profundas alterações no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, no plano subjetivo do reconhecimento de classe. Dessa forma, conforme Montaño (s/d, p. 2-3)

Observa-se, pois, em decorrência das novas necessidades do capital e da atual situação das lutas de classes, uma nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, de reestruturação produtiva, de reforma do Estado, de “globalização” da produção e dos mercados, de financeirização do reinvestimento do capital, face à atual crise de superprodução e superacumulação, que envolve, dentre vários aspectos, um novo trato à “questão social”.

O sistema capitalista de produção e reprodução, na sua fase monopolista, maduro e consolidado, transformou todas as relações sociais, instituições, indivíduos, valores, atores, em meios para a acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais, instrumentalizando todas as esferas da vida social para o seu primordial fim da acumulação ampliada do capital. Para Montaño (s/d, p. 6)

O capitalismo monopolista na atualidade, orientado pelos princípios neoliberais, desenvolve uma nova estratégia geral de enfrentamento da atual crise de acumulação capitalista, de reprodução das relações sociais e de legitimação sistêmica, tal que exige re-institucionalizar

sujeitos, instituições, práticas, valores, etc. A estratégia para isto é complexa e opera em diversas frentes: instrumentalizar várias questões, torná-las meios para estes fins, fazê-las funcionais aos objetivos neoliberais.

A reestruturação produtiva conduziu com o ajuste neoliberal, para a implicação da desregulamentação de direitos sociais, no corte dos gastos sociais, a acumulação flexível para alcançar o máximo de custo, estas mudanças no mundo do trabalho foram acompanhadas pela globalização e a mundialização da economia de constituição de um regime de acumulação mundial predominante financeiro, com uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação.

Conforme Montaño (2002) a desregulamentação e a flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da “questão social”.

O processo da dinâmica do modo de reprodução capitalista, sob a predominância do capital financeiro, produz uma massa de trabalhadores supérfluos às necessidades do aparato reprodutivo do capital, provocando um verdadeiro desastre social. (SOARES, 2003). Decifrar as novas mediações que se expressa à questão social em tempos de padrão flexível da acumulação significa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade, os processos da produção e reprodução, bem como projetar e forjar as estratégias para seu enfrentamento.

Conforme destaca Chesnais (1996) a mundialização do capital, sob a hegemonia das finanças redimensionou o trabalho e a sociabilidade da sociedade contemporânea, caracterizado pela crise do modelo de expansão do capital e pelo processo de reestruturação produtiva.

A crise de acumulação do capital caracterizou-se como uma crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma crise estrutural, com a expressão fenomênica crise de modelo de acumulação fordista/keynesiano e a conseqüente reestruturação do capital, com seus impactos não restringindo à esfera produtiva, incidindo fortemente sobre o conjunto da vida social.

Conforme Mézaros (2002) citado por Ceolin (2014), a crise do padrão taylorista/fordista/keynesiano, foi à expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital, em sua lógica destrutiva e incontrolável.

A fetichização das relações sociais alcançou seu ápice na hegemonia do capital financeiro, obscurecendo e subvertendo as desigualdades sociais.

As transformações no mundo do trabalho alteraram as relações entre Estado e sociedade, redefinido o papel dos Estados Nacionais, alterando os parâmetros da constituição do sistema de proteção social, com ampla e profunda repercussão nas políticas públicas com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais.

Conforme Oliveira (1996), Antunes (1998), Harvey (1998), Habsbawn (1995) citado por Ceolin (2014), os autores dizem que as transformações que perpassam os processos sociais de produção e reprodução social ocorrem de maneira progressiva. O capital vai compelido a encontrar alternativas para a crise ameaçada na segunda metade da década de 1970, quando explodiu a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial. Foi um período de intensas transformações no modo de produção e reprodução social, estendendo até os tempos atuais e metamorfoseando as relações do mundo do trabalho.

Essas transformações do capitalismo global culminaram no processo de reestruturação do capital, caracterizado pela introdução de novas tecnologias na produção, precarização das relações de trabalho, intensificando a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, desencadeando o desemprego estrutural.

A reestruturação do capital complexifica a relação capital-trabalho intensifica a fragmentação do proletariado e aprimora o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social. (ANTUNES, 1998)

Conforme Netto (1996) citado por Ceolin (2014) diz que no Brasil a reestruturação capitalista mundial intensificou-se no século XX, provocando mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, interferindo fortemente nos trabalhos profissionais das diversas categorias, na área da intervenção, conhecimento e implementação. Ceolin (2014, p. 242) expõem que:

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringiram à relação capital e trabalho da vida material, mas englobam um complexo amplo envolvendo a totalidade da vida social e suas formas de consciência social e as expressões culturais.

A reprodução das relações sociais é a reprodução da vida social em sua totalidade, determinando o modo de vida, suas tendências históricas e as suas manifestações cotidianas.

A reestruturação do capital, subordinado à lógica do capital mundializado, desenvolve como nunca a internacionalização da produção e dos mercados, redefinindo os papéis dos estados nacionais, requerendo políticas de ajustes estruturais, reconduz suas formas de intervenção na questão social, alterando os parâmetros da constituição dos sistemas de proteção social. Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais e, ao mesmo tempo, forte para traduzir essas demandas em políticas nacionais. (PETRAS, 2002)

Sendo assim, o neoliberalismo é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda da rentabilidade e da governabilidade, enfrentado durante a década de 1970. (SOARES, 2003) O projeto neoliberal se expressa na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, bem como o desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que tem no Estado uma mediação fundamental, conforme veremos a seguir.

2.2 O projeto neoliberal do capitalismo à brasileira

O neoliberalismo foi consolidado com pretensões de uma nova hegemonia e apresentado ao mundo como uma alternativa para a crise econômica mundial. Conforme Muller (2003, p. 22) o neoliberalismo foi apresentado como uma única saída e credenciamento a economia liberal de mercado alternativa histórica após a derrocada do socialismo real, passando pela construção de um programa básico para adequação das economias, expresso pelos documentos do “Consenso de Washington” e pelas orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

As pretensões da hegemonia da potência em consolidação dos Estados Unidos promoveram a globalização do neoliberalismo, com uma doutrina pouco conhecida a aplicações pouco ortodoxas na Inglaterra e nos Estados Unidos da

América, o neoliberalismo passou a ser exportado para todas as partes do globo como o melhor antídoto para os fiascos fiscais do “Welfare State”⁸ (Europa), para a inflação descontrolada e a falta de crescimento econômico (América Latina) e para o fracasso do planejamento estatístico (Leste Europeu). (MULLER, 2003)

Quando se consolidava uma nova ordem internacional, a Ditadura Militar no Brasil configurava uma verdadeira preparação para o período neoliberal. A Ditadura foi uma peça fundamental para o entendimento do discurso ideológico sobre a globalização no Brasil, representando o marco da opção pelo capitalismo associado no esforço do Estado, beneficiando empresa nacional para atrair investimento do capital estrangeiro. Nesse contexto, a Ditadura abriu espaço para o capital internacional que se estabelecia desde a década de 1970, favorecendo a globalização do Brasil. O regime militar constituiu a base política econômica que deu suporte a investida e ao aprofundamento do neoliberalismo nos anos de 1990, em um novo patamar de implementação. (MULLER, 2003)

Na década de 1980, as ONG’s surgem de forma bastante introdutória, mas já com um nome coletivo que passa a designar um campo de atuação, no qual antigos militantes vão encontrar sua inserção profissional e ser reconhecida como tal. (LANDIM, 1993 apud STEIL E CARVALHO, 2001)

Ainda nesta década, também presenciamos a organização e fortalecimento dos novos movimentos sociais, as quais vão emergir no cenário político como a principal forma de contestação e renovação política frente ao Regime Militar que perdia legitimidade e poder para impor suas medidas de força. Nesse período, a sociedade brasileira se torna mais plural, fazendo aparecer na sua agenda social temas como: feminismo, ambientalismo, questões étnicas, tecnologias, agro ecológicas, informatização, mídia alternativa etc. Os movimentos sociais se especializam e impõem uma agenda altamente diversificada as ONG’s, que surgem, em grande parte, impulsionadas por esta mesma diversificação. (STEIL e CARVALHO, 2001, p. 9)

⁸ Conforme Laurell (1995, p. 163) citada por Montañó (s/d) a crítica neoliberal ao Estado de bem-estar é centrada em oposição àqueles elementos da política social que implicam desmercantilização, solidariedade social e coletivismo além do caráter universal e de direito das políticas sociais típicas do regime fordista/keynesiano.

O contexto sociopolítico brasileiro do final da década de 1970 e da década de 1980 caracterizou-se pela proliferação de movimentos e organizações sociais que deram visibilidade pública e política às diferentes expressões da “questão social”, como o “novo sindicalismo” e os movimentos e lutas por políticas sociais setoriais. Algumas reivindicações foram, em parte, inscritas na Carta de 1988. (DURIGUETTO, BAZARELLO, 2015, p. 134)

Conforme Duriguetto, Souza e Silva (2009, p.14) enfatizam que a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais, que expressam os interesses das classes subalternas, são o desdobramento sociopolítico das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada “questão social”. Foram os movimentos sociais que transformaram a questão social, na realidade brasileira e em qualquer outra formação social capitalista, numa questão política e pública. É no campo da sociedade civil que Gramsci define que se desenvolve a visibilidade política e pública da questão social pelos movimentos sociais. Para Gramsci, sociedade civil é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses através de associações e organizações, sindicatos, partidos, etc.

Outrossim, impera no cotidiano da atuação política dos movimentos sociais o largo quadro de dificuldades contemporâneas de organização e mobilização das massas, adensado em um cenário de ampliação do desemprego, precarização do trabalho e agravamento da pobreza. Por certo, reconhecemos que a realidade está prenhe de focos de resistência classista, com diversos sujeitos coletivos empreendendo lutas concretas em prol dos interesses das classes subalternas. Todavia, não podemos negar que, nas últimas décadas, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na dinâmica de produção capitalista operaram alterações substantivas no seio da classe trabalhadora e produziram um cenário de inúmeras dificuldades para a organização política crítica e combativa. (GUIMARÃES, 2015, p. 725)

Conforme Muller (2003), no Brasil, a partir da década de 1990 que a aplicação do receituário neoliberal ganha mais força, com a abertura indiscriminada ao capital internacional, a paridade cambial, o déficit na balança comercial e no balanço de pagamentos, privatização do patrimônio público, reformas constitucionais, enxugamento da máquina administrativa, implicando a redefinição do caráter de classe do próprio Estado.

Dessa forma, o país sob o comando do capital financeiro e do neoliberalismo entregou a ordem econômica mundial, redefinindo estratégias de acumulação dos

padrões de regulamentação do Estado, minimizando a intervenção estatal na área social, apelando para a participação da chamada sociedade civil na execução das políticas sociais e abrindo espaço para o capital financeiro internacional.

A reforma do Estado na década de 1980 dominou a agenda política internacional, com a reformulação do aparelho estatal se tornando uma questão praticamente universal, enquanto resposta à crise econômica que paralisou politicamente os países. Carinhato (2008, p. 40) enfatiza que:

Tais reformas justificam-se na medida em que o esgotamento fiscal do antigo modelo de desenvolvimento econômico-social montado no pós-guerra se mostrava cada vez mais patente.

A crise teve seu momento áureo no pós-guerra, enraizada como uma crise estrutural da economia, potencializada pelos dois choques do petróleo que ocorreu nos anos de 1970. Utilizando de políticas recessivas como forma de combate à crise, as receitas diminuíram e suas despesas continuaram altas, levando ao endividamento e, conseqüentemente, à impossibilidade de desenvolver políticas e orientações econômicas com a autonomia de outrora.

O Estado teve parte do seu poder econômico dilapidado com as transformações estruturais do sistema produtivo capitalista, com a intensificação dos fluxos financeiros e comerciais no âmbito global. A perda da capacidade de regular os fluxos de capitais e mercadorias que circulavam na economia internacional em sua face interna a crise figurou-se na redução da capacidade dos governos de regular o mercado interno, de coordenar a alocação dos investimentos e arbitrar o conflito distributivo.

Partindo desse cenário constitui-se o paradigma da reforma do Estado, que no Brasil foi balisada por quatro grandes problemas durante o processo de reformulação do Estado, de acordo com Besser Pereira (1998, p.49-50) citado por Carrinhato (2009) temos:

- a) o problema econômico político – a delimitação do tamanho do Estado;
- b) outro problema econômico - a redefinição do papel regulador do Estado;

c) problema econômico administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo;

d) problema político com o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

As reformas do Estado no Brasil foram introduzidas pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, embora seus primeiros resultados fossem tímidos com algumas privatizações, deliberação econômica e muito alvoroço em relação aos serviços públicos, considerado o principal responsável pelos problemas do Estado. Portanto, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso o tema foi tratado como *conditio sine qua non* para a volta do crescimento econômico e continuação da estabilização econômica, constituído um Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que teve como titular Bresser Pereira, como carro chefe do processo de reformulação do Estado. (CARINHATO, 2008)

A proposta neoliberal desde seu nascedouro tinha como idéia fundamental que o Estado diminuísse seus gastos sociais e restaurasse o que os liberais chamavam de “desemprego natural” a idéia era diminuir a participação do fundo público na reprodução da força de trabalho e transferir o máximo do fundo público para a reprodução ampliada do capital, de modo a quebrar o poder de barganha dos sindicatos⁹ e impingir o aumento da exploração da força de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora tendo como resultado o extraordinário aumento do exército industrial de reserva. Com a queda do poder dos sindicatos a economia capitalista teria restabelecida a taxa de lucro de modo a dinamizar a acumulação, sem os constrangimentos impostos pelo Estado de bem estar social e do poder político dos trabalhadores organizados em seus sindicatos. (GENNARI, 2002)

No Brasil, o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política a crise, foi no governo Collor que efetivamente o neoliberalismo se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e dos setores significativos do pequeno e médio empresariado, especialmente, da parcela

⁹ Duriguetto e Bazarelo (2015, p. 138) explicam que há análises do chamado “novo sindicalismo” e dos impactos regressivos dos ajustes neoliberais para a ação sindical. (...) que, pós-anos 2000, tem-se o desenvolvimento de uma postura adesista dos sindicatos, antes vinculados a um projeto de classe, à lógica governista.

do movimento organizado dos trabalhadores identificados com a força sindical. Dessa forma, iniciou-se o processo de privatização das estatais, por sua vez, o país abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante nos seus direitos. (NEGRÃO, 1996)

A implantação da hegemonia neoliberal no país, ao longo dos anos 1990, exigiu a ascensão do governo de uma orientação política com os princípios doutrinários do livre mercado e do antiestatismo, princípios ligados aos interesses do grande capital estrangeiro e nacional, particularmente, de caráter financeiro com a realização de uma série de reformas institucionais, muitas de caráter constitucional, redefinindo o aparelho do Estado, reforçando seu caráter autocrático-burguês. (MACIEL, 2009)

A partir da década de 1990, o Brasil sob o comando do capital financeiro e do neoliberalismo, integrou a ordem econômica mundial, redefinindo estratégias de acumulação e dos padrões de regulação do Estado, minimizando a intervenção estatal na área social apelando para a participação da chamada sociedade civil na execução das políticas sociais e abrindo espaço para o capital financeiro internacional.

O elemento central desse processo foi à contra-reformas do Estado, estabelecendo um contínuo desmantelamento das políticas sociais, a partir da desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social no Brasil, com destaque para a seguridade social que inaugura um novo quadro de respostas às expressões da questão social. Dessa forma, o tratamento contemporâneo da questão social, contribuiu para despolitizar seu reconhecimento e enfrentamento como expressão das relações de classe, retirando do Estado a responsabilidade histórica pelas sequelas sociais oriundas do modo de produção capitalista. (NASCIMENTO, 2011)

Nesse sentido, a precarização e a privatização das políticas sociais, com ênfase na seguridade social, são resultados, principalmente, de opções políticas em favor do capital, com subordinação aos ajustes das agências internacionais, em detrimento do social. Segundo Nascimento (2011, p. 94):

A conjuntura de retração dos investimentos na área social, aliada ao tratamento privado e precarizado da questão social, segue a lógica

neoliberal de redução do estado para o trabalho e ampliação para o capital.

De acordo com Montaño (2010) temos visto o constante aumento do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho, o esvaziamento do sistema de proteção legal do trabalhador. Essa realidade tem gerado exigências da reestruturação produtiva, precisando ser escamoteados, ocultados, relativizados para torná-los aceitáveis pela população. Assim, o esvaziamento dos princípios democráticos nacionais, a retirada da responsabilidade estatal na resposta às sequelas da questão social, a perda dos direitos cidadãos, tudo isso exige mecanismos das causas das mazelas das populações. Para o autor, essa estratégia é complexa e consiste em instrumentalizar diversas questões, em torná-las meios para estes fins, fazendo funcionais aos objetivos neoliberais.

Nesse sentido, o Terceiro Setor tem como funcionalidade ao projeto neoliberal torná-lo instrumento para justificar e legitimar o processo de desestruturação da seguridade social e desresponsabilização do Estado na intervenção social. (MONTAÑO, 2010). O Terceiro Setor é definido como um espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntário voltado para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos. A seguir, apresentaremos algumas discussões importantes sobre o Terceiro Setor e a sua relação com as ONG's.

3 TERCEIRO SETOR, DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO E AS ONG's: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO

3.1 O Terceiro Setor no Brasil

No Brasil, a expressão *Terceiro Setor* chega por intermédio da Fundação Roberto Marinho, sendo apresentada ao mundo através de empresas e intelectuais aliados à burguesia para desenvolver ações direcionadas a refilantropização no trato da questão social, sinalizando segundo Montaño (2010) uma ligação com os interesses de classe nas transformações necessárias à alta burguesia.

Entende-se por Terceiro Setor a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas fora da lógica do Estado e do mercado. De acordo com Montaño (s/d, p. 1)

É de suma importância inserir o debate do chamado “terceiro setor” no interior (e como resultado) do processo de reestruturação do capital, particularmente no conjunto de (contra) reformas do Estado (Montaño, 2001). Assim, mudanças na cultura (Mota, 1995); alterações na racionalidade e valores sociais, ditos “pós-modernos” (Harvey, 1993); significativas alterações no perfil do cidadão, cada vez mais ligado ao consumo no lugar do trabalho; transformações na legislação trabalhista, tais como “flexibilização” e eliminação de leis que visam garantir direitos conquistados do trabalhador; na base democrática, cada vez menor participação da sociedade nos processos decisórios nacionais; constituição de um “novo contrato social” que substitua o do período fordista/keynesiano. Tudo isto emoldura um processo central: a configuração de uma nova modalidade de trato à “questão social”. Este é o verdadeiro fenômeno escondido por trás do que é chamado “terceiro setor”.

A expressão Terceiro Setor é utilizada em contraposição à idéia de que o primeiro setor é constituído pelo Estado e o segundo setor é formado pelas empresas privadas e o Terceiro Setor é um conjunto de instituições como fundações, associações comunitárias, organizações não governamentais, entidades filantrópicas e outras, que são iniciativas privadas, porém sem fins lucrativos, que atuam em prol do bem comum e da cidadania. (RODRIGUES, 1998)

Iamamoto (2014, p. 25) enfatiza que:

O Terceiro Setor na interpretação governamental é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, dando origem a uma esfera pública não estatal, constituído por organizações da sociedade civil de interesse público. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas que estabelece um termo de parcerias entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada).

Em relação ao surgimento do Terceiro Setor, Montaño (2010, p. 55) destaca que:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituição do capital por superar a eventual dicotomia público/privado. Teria data anterior, nas

décadas de 60 e 70, com auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não governamentais”. Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia dos séculos XV a XIX.

O conceito de Terceiro Setor estuda as ONG's, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais entre outros, destacando as transformações do capital promovidas segundo os postulados neoliberais. A partir de uma análise de um fenômeno não isolado, mas da crise e reestruturação do capital no século XX, conforme discutidos na seção 2 desse artigo.

O Terceiro Setor é compreendido como uma sociedade civil organizada que busca responder de forma alternativa às expressões da questão social a partir do voluntariado e da solidariedade, devido o Estado e o mercado não conseguirem enfrentar os inúmeros problemas sociais que surgiram no capitalismo, uma vez que, o Estado de Bem - Estar Social estaria em crise. Montañó (s/d, p. 3) destaca que,

Tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópico/voluntária ou um serviço comercializável assim como a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua.

No Brasil, o Terceiro Setor passou por vários momentos fundamentais para o seu processo de construção histórica. O primeiro momento se estendeu desde a colonização até meados do século XX correspondendo ao desenvolvimento das chamadas associações voluntárias fundadas pela igreja católica baseadas em valores da lógica cristã. (CARRION, 2000)

O segundo momento teve seu início na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, correspondendo ao período em que o assistencialismo é assumido como uma estratégia política do governo. Durante esse período, o Estado e a Igreja dividiram a responsabilidade com obras assistenciais paternalistas e avessas ao questionamento social, nesse sentido, a Igreja atuou como uma poderosa aliada do Estado, no controle das manifestações de insatisfação social.

O terceiro momento foi na década de 1970, marcando o ingresso do Terceiro Setor no Brasil em uma nova fase, em que as instituições de caráter filantrópico e assistencial unem-se aos chamados movimentos sociais, com o apoio da Igreja

tornando porta – voz dos problemas locais passando a denunciar as situações de repressão, desigualdade e injustiça social.

É nesse período que surgem as ONG's com significativa participação na vida política nacional, em particular, no processo de democratização política no país. As ONG's contaram com significativo apoio de organismos internacionais, muitas dessas vieram a desaparecer em consequência de sua resistência à institucionalização com perda de sua autonomia e submissão ao Estado.

O quarto momento do Terceiro Setor no Brasil foi marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, definindo o conceito de cidadania e o arcabouço filosófico para a elaboração das políticas sociais.

Conforme Fernandes (1994) citado por Nascimento (2011) o Terceiro Setor, surge como uma possibilidade para a colaboração no enfrentamento das desigualdades sociais, assumindo responsabilidades que estariam fora da competência do Estado e do mercado e inserida na chamada sociedade civil. Desse modo, o trabalho executado por entidades de Terceiro Setor são transferidos para a população sob a ótica de ajuda e solidariedade, o que vai de encontro à concepção da conquista e consolidação de direitos sociais.

O Terceiro Setor é marcado pela funcionalidade na conjuntura contemporânea que se desdobra na contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando a intervenção no enfrentamento das expressões da questão social e na promoção do clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, na dimensão que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores.

O Terceiro Setor ocupa cada vez mais espaço nas sociedades contemporâneas, com uma vasta rede de atores sociais organizados em associações de moradores, grupos religiosos, ONG's. Essas organizações existem há muito tempo, com ações estruturadas da solidariedade que se localizam, principalmente, no mercado e no Estado, definindo as ações sociais.(FONTES,1999)

As organizações privadas que prestam serviços sociais, são elas: as Organizações Sociais (OS), as Organizações Filantrópicas, e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Terceiro Setor. A Seguir, descreveremos, resumidamente, suas principais características, conforme apresenta Pinto (2008):

- **As Organizações Sociais (OS):** prestam serviços de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico à preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Nelas realiza-se um contrato de gestão, em que o poder público repassa para a iniciativa privada recursos, no que configura um parcial processo de privatização conforme o artigo 5º da Lei 9.637/98¹⁰;
- **As Organizações Filantrópicas:** corresponde à assistência social beneficente e gratuita. Nessas organizações, há o certificado de entidade filantrópica, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- **As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Terceiro Setor:** envolve diferentes tipos de serviços, desde a assistência social a tecnologia alternativa.

Com a desresponsabilização do Estado e com a sociedade civil frente à questão social, compreendemos a privatização do Estado, o enfraquecimento das políticas sociais, a redução de gastos públicos, as políticas econômicas com impactos negativos diante das condições estruturais da produção e do mercado de trabalho, legitimando assim, a lógica neoliberal. Portanto, o trabalho executado por entidades do Terceiro Setor são transferidos para a população sob a ótica de ajuda e solidariedade, o que vai de encontro à concepção da conquista de direitos sociais.

Nesse cenário, a materialização das políticas sociais na retração de responsabilidade no enfrentamento da “questão social” para o Terceiro Setor altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais. (MONTAÑO, 2002)

Por um lado, a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto “terceiro setor”. Por outro, a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, implicitamente, o claro objetivo de justificar um novo trato à “questão social”; assim, se há uma nova “questão social” seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervir nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a “questão social” – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o

¹⁰ A Lei 9.637/98 de 15 de Maio de 1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha “questão social”. (MONTAÑO, s/d, p. 1-2)

O autor, também, destaca que no que refere-se às políticas sociais estatais no trata às expressões da questão social o pr objeto neoliberal, confecciona uma nova modalidade de resposta à questão social”, acabando com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, de caráter universal, da igualdade de acesso, com base na solidariedade e responsabilidade social e diferencial, onde todos contribuem com o seu financiamento, a partir das capacidades econômicas de cada um. Criando uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o seu poder aquisitivo de cada um. Tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópica/voluntaria ou um serviço comercializável, assim como, a qualidade dos serviços responde ao poder de cada compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a solidariedade social passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua.

É assim que, no que concerne ao novo trato da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa. Por um lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil. Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carências pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica apenas numa desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política. Em idêntico sentido, os serviços sociais, a assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de uso popular, os “complementos salariais” etc., se vêem fortemente reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. O que significa que os “serviços estatais para pobres” são “pobres serviços estatais.” (MONTAÑO, s/d, p. 3)

Conforme Nascimento (2011) é preciso atentarmos para o fato de que as organizações do Terceiro Setor são financiadas pelo próprio Estado, o que se configura em “parcerias” no meio de setores legitimando o esvaziamento dos direitos sociais, bem como, o recorte das políticas sociais. Observamos que, a crítica que se faz é que o Estado deixa de investir nas políticas sociais, o que faz com que ela seja ofertada à população tanto no âmbito governamental como não governamental o

que leva ao desenvolvimento de políticas sociais precarizadas na área da saúde, educação, assistência entre outras. Nesse sentido,

As políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direito de cidadania são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento de fundos públicos, “mal aplicados” em atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda a população indiscriminadamente. No Brasil, a jovem Constituição de 1988 e sua concepção de Seguridade Social – constituída pelas Previdência, Saúde e Assistência – parecem ser, neste caso, as vilãs (BRESSER PEREIRA, 1998 APUD MONTAÑO, s/d).

Refletir sobre o Terceiro Setor resulta em limites e possibilidades de sua atuação para o fortalecimento da sociedade civil. Como sabemos, há transferência de responsabilidade estatal para as ONG's o que gera a mercantilização das necessidades sociais, provado no âmbito da saúde, educação, dentre outras áreas no campo social.

A seguir, apresentaremos algumas discussões pertinentes sobre as ONG's, instituições sem fins lucrativos, que ocupam espaços de grande visibilidade na esfera pública e também para distingui-los dos organismos estatais, estas foram denominadas de Organizações Não Governamentais. Como também, destacaremos, especificamente, o trabalho social desenvolvido pela APAE, no município de Campina Grande-PB.

3.2 As Organizações Não Governamentais (ONG's)

O termo *Organizações Não Governamentais* no Brasil, passou a ser empregada como sinônimo de entidades sem fins lucrativos, identificadas como uma classe especial que se dedicava ao desenvolvimento participativo e sustentável a construção e defesa de direitos. Em relação à expressão ONG, Gohn (1997, p. 54) afirma que:

A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 1940 para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgão públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”. O recorte da definição da ONU é dado pela estrutura jurídica: ser ou não se governo.

Conforme Oliveira e Haddad (2001, p. 63) essas organizações tem sua gênese própria e não pode ser confundida como entidades filantrópicas de corte tradicional, como estabelecimentos de ensino privado, hospitais voltados exclusivamente para elites, clubes sociais, futebol, fundos de pensão, seguradoras, planos de saúde, Igrejas, organizações profissionais e corporativas, inclusive sindicatos, centrais e federações. Essas entidades têm origem, propósitos e práticas diferentes, embora a legislação brasileira admita que não distribua lucros.

As ONG's exprimem um espaço complexo de contradição, ao mesmo tempo em que se inserem na lógica do Terceiro Setor assumindo a funcionalidade no processo de reestruturação do capital, trazendo contribuições importantes para a garantia dos direitos sociais permitindo respostas interessantes e criativas às diversas expressões da questão social. (NASCIMENTO, 2011)

Segundo Petras (2011, p. 98) citado por Nascimento (2011, p. 98) as ONG's dão ênfase a projetos e não aos movimentos sociais, dentro do contexto das relações estabelecidas nas parcerias, as ONG's apenas contribuem com o processo de forma dócil, no sentido de colaboração, mobilizam as pessoas para que produzam à margem e não para que lutem pelo controle dos meios básicos de produção e riqueza, concentram-se na assistência técnico-financeira a projetos e não nas condições estruturais que constituem a vida cotidiana das pessoas.

Nessa contradição, as ONG's se encontram como expressões do Terceiro Setor e são inseridas na lógica de suas articulações, destacando-se na atualidade como frágeis respostas privadas às expressões da questão social, contribuindo com o mito da eficácia privada em detrimento do público estatal. Conforme Duriguetto e Bazarello (2015, p. 140) “em sintonia com as políticas neoliberais, as ONGs configuraram uma estratégia de transferir para a sociedade a atribuição de atividades próprias do Estado.”

De acordo com Pinto (2006, p. 660-661) as ONG's desenvolvem inúmeros projetos na área social,

Na relação direta com a sociedade, as ONGs desenvolvem primordialmente projetos de empoderamento, que são na maioria das vezes de dois tipos: projetos que se dirigem a populações excluídas e em risco de marginalização, com o intuito de fortalecer a auto-imagem e promover qualificação profissional através de cursos, atividades artísticas e seminários, os últimos com o objetivo de discutir as condições de vida destas populações. Uma segunda

forma de intervenção é a de treinamento de lideranças dentro ou fora dos movimentos sociais para a defesa de interesses das comunidades.

As ONG's tem sua origem no seio dos movimentos sociais e/ou comunitários. As Organizações Não-Governamentais desde os anos de 1960 são observadas a sua multiplicação da criação de Organizações que não são consideradas nem estatais nem privadas, funcionando em diversos ramos de atividade, tais como educação, saúde, defesa de minorias, cultura, ecologia e vários outros, essas organizações explodiram pela maioria dos países e trouxeram muitas vezes inovações à configuração da sociedade civil. (SERVA, 1997)

Conforme Fernandes (1994) citada por Oliveira e Haddad (2001) nos anos de 1960 e 1970, um conjunto de pequenas organizações constituídas por grupos de pessoas oriundas dos setores das igrejas, dos partidos políticos e das universidades, organizaram-se em entidades, associações civis sem fins lucrativos para se dedicar ao trabalho social, junto aos setores mais pobres da população. Em plena vigência, o Regime Militar implantado em março de 1964, encerrava um período de intensa mobilização social que envolvera diversos setores da sociedade.

De acordo com os autores acima a disputa sobre o modelo de desenvolvimento e o tipo de sociedade a se constituir no Brasil ocupavam posição de destaque. As novas organizações tinham como missão principal a reconstrução do tecido social que havia se rompido com a Ditadura, a defesa dos direitos humanos e a educação popular, buscando com esses processos educativos ampliar o nível de compreensão que a população pobre tinha das suas causas, visando uma atuação crítica na sociedade. A Igreja Católica foi um dos espaços mais importantes para o trabalho de ação junto aos grupos populares. As ONG's tinham o seu trabalho quase exclusivamente voltado para o apoio às pastorais de caráter social da igreja católica, com temáticas variadas em razão das necessidades definidas pelos próprios grupos populares: saúde, moradia, analfabetismo, produção, organização etc.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, dois fatores marcaram o trabalho educativo desenvolvido por essa classe e modelo de ONG's. Um deles foi o crescimento do trabalho social no âmbito da sociedade civil, para além das pastorais da Igreja Católica. Esses novos espaços, muitas vezes produzidos como decorrência da própria atuação das pastorais ao se tornarem

independentes de sua influência original, mostrava uma nova complexidade dos atores sociais brasileiros. Eram os movimentos sociais de bairros, as associações de moradores e organizações populares, os movimentos sindicais que se constituíam a margem do movimento sindical oficial, os movimentos de mulheres e o movimento negro, os movimentos autônomos de luta por moradia, terra e trabalho. (OLIVEIRA e HADDAD, 2001)

Os movimentos sociais e populares davam uma nova conformação à sociedade civil, onde o trabalho das ONG's passou a se realizar também com esses movimentos, apoiando na sua organização e mobilização, como também no seu trabalho educativo.

As experiências de educação popular produzidas pelas ONG's, não se ativeram apenas às questões materiais de produção e reprodução da vida, mas voltaram-se também para os temas relativos ao plano cultural e simbólico, com as relações sociais de gênero, etnia e raça. Ao trabalhar com os movimentos sociais, as ONG's agregavam os fatores relativos à condição de pobreza e classe os fatores ligados ao universo da produção cultural e simbólica. Outro fator que influenciou o trabalho educativo das ONG's foi à luta pela construção de um ensino público de qualidade para a maioria da população. (OLIVEIRA e HADDAD, 2001)

No Brasil, particularmente, um importante trabalho vem sendo desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) caracterizada como uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos. Apresentaremos a seguir, algumas informações da Organização e as atividades desenvolvidas para o município de Campina Grande-PB e região.

3.2.1 O trabalho social desenvolvido pela APAE – Campina Grande-PB

A APAE é uma Organização Não Governamental de caráter filantrópico que presta diversos serviços com ações inovadoras conduzidas por profissionais competentes de cada área de trabalho.

A primeira APAE foi criada em 11 de Dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, por um grupo de pais de pessoas com deficiência. Expandindo-se para todo o Brasil em 1962, criando-se, assim, a Federação Nacional das APAES.

De acordo com as informações apresentadas no site oficial da APAE¹¹ a rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo território nacional. São 2.178 APAE's e entidades filiadas, coordenadas por 24 Federações Estaduais, abrangendo todos os estados brasileiros para atender cerca de 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla diariamente.

Segundo Landim (1988) citada por Sobottka (2002) as organizações se encaixam na categoria ONG, voltada para o atendimento de necessidades da base popular, tem ações financiadas por agências de cooperação internacional, contando com trabalhos voluntários, vinculado a processo de transformações estrutural da sociedade, conforme discutimos nas seções anteriores desse estudo.

A APAE tem a missão de promover e articular ações em defesa dos direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços à pessoa com deficiência e apoio à família. Direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim como, assegurar e garantir condições especiais nos atendimentos oferecidos a cada pessoa, reconhecidos e valorizados em suas diferenças e potencialidades, prestar serviços assistenciais às pessoas com deficiência promovendo a defesa de seus direitos, o apoio aos familiares e oferecendo atendimento especializado nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Artes, Esporte e Lazer.

No município de Campina Grande-PB, a APAE¹² foi criada na Semana do Excepcional no ano de 1982. Porém, somente em setembro de 1993, um grupo de pais formados por médicos, assistentes sociais, amigos e outras pessoas se reuniram com a intenção de criar um grupo de apoio aos pais de recém-nascidos. Com o passar dos meses se descobriu a existência da documentação da APAE, e o grupo assumiu o desafio de fazer a instituição funcionar como alternativa de atendimento sócio-psico-pedagógico a este segmento da sociedade.

Sua primeira sede ficou localizada na Rua Sebastião Donato, nº143, Centro, onde funcionou até o ano de 2001. E mudou-se para o atual endereço, onde continua até os dias de hoje, na Rua Professora Eutécia Vital Ribeiro, nº 525, bairro Catolé, na zona sul de Campina Grande-PB. É um dos maiores bairros de Campina

¹¹ Fonte: APAE Brasil. Disponível em: <https://apae.com.br>. Acesso em 15 de março de 2018.

¹²Fonte:APAEE – Campina Grande. Disponível em: <https://campinagrande.org.br/Page/quem-somos-18501>. Acesso em 20 de maio de 2018.

Grande, e é extremamente valorizado pela presença de hotéis, condomínios residenciais, shoppings, supermercados, universidades, escolas públicas e particulares, postos de saúde, restaurantes e do Terminal Rodoviário.

A instituição tem por missão promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos estaduais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, na perspectiva da inclusão social.

O público alvo da APAE são as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla composta por crianças, jovens, adultos e idosos oriundos de Campina Grande-PB e cidades circunvizinhas. No período de 2018, a APAE contava com 469 pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, utilizando os diversos serviços oferecidos pela instituição. (VASCONCELOS, 2018)

A grande maioria das famílias atendidas pela APAE-CG tem condições socioeconômicas baixa. Geralmente, sobrevivem apenas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Pessoa com Deficiência, ou apenas um membro da família trabalha. Em sua grande maioria, as famílias possuem baixa escolaridade, e não possuem posição no mercado de trabalho, vivendo em condições habitacionais precárias. O usuário das cidades circunvizinhas, além de enfrentarem as mesmas dificuldades financeiras, ainda tem problemas com transportes, pois dependem dos carros disponibilizados pelas Prefeituras e ficam sujeitos aos imprevistos, como a falta de carros, carros danificados, falta de combustível e atrasos, assim, vindo a prejudicar a permanência do usuário na instituição. (CAMELO, 2016)

A APAE-CG conta com o desenvolvimento de diversos programas e atividades que visam incluir os indivíduos no convívio social para que possam adquirir plena cidadania. Como por exemplo, o projeto de Educação profissional, que conta com oficinas de Arte, Culinária, Meio Ambiente e Artesanato. Além de desenvolver outras atividades complementares como: música, dança, biblioteca, rádio, laboratório de informática, auto defensoria, educação física e Olimpíada do Conhecimento. Atualmente, possui uma equipe interdisciplinar formada por profissionais com formação nas áreas de saúde e educação: Fisioterapia, Fonoaudióloga, Medicina, Pedagogia, Psicologia, Odontologia, Equoterapia e Serviço Social. Além desses profissionais, a instituição conta com uma rede de colaboradores que são envolvidos no interior do setor administrativo: diretor,

secretárias, gerentes de recurso humano e financeiro, recepcionista, agente administrativo, auxiliares de serviços gerais, porteiro, entre outros.

Dos serviços oferecidos na APAE/CG de Campina Grande-PB é possível afirmar que a instituição busca atender às pessoas da melhor forma possível, independente das dificuldades financeiras que venha enfrentando. É uma equipe composta por profissionais que prestam serviço de apoio pedagógico e atendimento educacional especializado, promovem ações de caráter psicopedagógico, terapêuticos e socioeducativos, voltados para promover a reabilitação, habilitação e integração à vida comunitária.

Todos os equipamentos e materiais da APAE/CG são oriundos de doações da comunidade, lojas, médicos, faculdades, etc. Ou comprados com recursos provenientes das subvenções destinadas a ela pela prefeitura de Campina Grande-PB, bem como, a venda dos materiais produzidos nas oficinas de culinária e artesanato, e dos objetos vendidos no bazar da instituição.

A APAE/CG também conta com os donativos provenientes dos sócios-contribuintes, que são feitos através de três fontes fixas de doações: Telemarketing, Subvenção da Prefeitura de Campina Grande - PB e colaboração dos médicos cooperados da UNIMED-CG (134 dos médicos cooperados da UNIMED-CG deixam o valor de uma consulta médica).

Todas as pessoas atendidas, devidamente matriculadas, contribuem mensalmente, esse valor varia de família para família, além das famílias que são isentas da taxa de contribuição. Onde é avaliada, pelo serviço social, a condição financeira da família. Os valores arrecadados pela instituição é subvertido em materiais como: alimentos, material de higiene, didático, hospitalar, equipamentos, entre outros para a manutenção da mesma. Além de pagamentos de contas e funcionários contratados pela instituição.

Desde a sua fundação a instituição sofre em relação aos recursos financeiros, com isso, infelizmente, é necessário sempre cortar custos, como a redução de professores e funcionários diversos. Todos os anos são feitas repetidas campanhas, com o objetivo de angariar recursos para viabilizar o funcionamento da instituição, a APAE/CG funciona sem recursos suficientes há bastante tempo. (VASCONCELOS, 2017)

Para o atendimento à pessoa com deficiência, como visto em seu quadro de profissionais, a instituição conta com o trabalho da equipe multiprofissional que

executa um trabalho interdisciplinar, para que haja possibilidade de resolver de maneira qualificada, certas situações no contexto de vida das pessoas com deficiência. O Código de Ética do Assistente Social relata em seu Art. 10º, alínea “d” que é dever do assistente social: “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar” (CFESS, 2011, p. 29). A atuação interdisciplinar visa aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional.

O Setor de Serviço Social da APAE/CG é formado por duas Assistentes Sociais que atuam em tempo integral, as quais dispõem de uma sala própria de atendimento, garantindo sua autonomia dentro da instituição, como também, privacidade no atendimento com o usuário e, principalmente, o sigilo profissional.

Ao chegar à instituição, a família é encaminhado ao Serviço Social para ser analisada a possibilidade da pessoa com deficiência ser inserida na instituição. O primeiro procedimento realizado é uma triagem que resgata a história do usuário desde a gravidez até os dias atuais, com o intuito de compreender a situação socioeconômica que a família está inserida, para em seguida encaminhá-lo para os serviços necessários ao seu tratamento. Caso o usuário chegue e não tenha vaga para o atendimento solicitado, ficará em uma lista de espera e a partir do instante em que houver disponibilidade de vaga o referido setor entra em contato para comunicar. (VASCONCELOS, 2017)

No que concerne às demandas que chegam à instituição são através de mães ou responsáveis que tem filhos com algum tipo de deficiência e ouviram falar por outros que já conhecem e tem vínculo com a instituição; outros vêm por intermédio de encaminhamento de outras instituições que alegam ora não ter vagas, ora não dispor do tratamento solicitado.

O objetivo do Serviço Social na APAE/CG é prestar serviços de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla que vive em situação de pobreza e não tem condições financeiras de arcar com as despesas do tratamento. Como também, viabilizar o acesso do individuo as políticas sociais de previdência, assistência social e saúde, democratizando as informações como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários, que na maioria das vezes não têm conhecimento dos direitos que possuem e dos programas, projetos e

políticas sociais que podem ser inseridos facilitando assim, a aquisição e ampliação de seus direitos como cidadãos. (VASCONCELOS, 2017)

Mesmo diante das diversas dificuldades, a APAE/CG busca garantir melhores condições de vida aos seus usuários, onde o Serviço Social se faz presente de forma significativa através de acompanhamento no Grupo de Mães, onde são promovidas conversas informais sobre determinados assuntos de interesse coletivo dando oportunidade às mães em compartilhar suas experiências de vida com seus filhos; o Grupo de Estimulação Precoce no qual se fazem presentes bebês com síndrome de Down juntamente com seus familiares. Nesse grupo, diversos profissionais fazem atendimentos específicos de 30 minutos cada e o Assistente Social atua de forma direta levando assuntos previamente determinados sobre o cotidiano para as mães, em que todas participam e socializam suas experiências, opiniões e questionamentos tornando uma conversa informal descontraída. (VASCONCELOS, 2017)

Sobre o exercício profissional do Assistente Social, Guerra (2007, p. 2) nos diz que:

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os Assistentes Sociais modificam, transformam e alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Partindo desse pressuposto, o Serviço Social atual fazendo uso de vários instrumentos e técnicas no desenvolvimento de suas ações dentro e fora da instituição. A autora destaca a dimensão técnica – operativa, que a mesma por si só não é bastante para dar as respostas qualificadas assim, entende-se que as dimensões teórico-metodológica e ético-política têm sua importância para as demandas que aparecem no cotidiano profissional do assistente social. (GUERRA, 2007)

Podemos citar a lista de espera da APAE/CG que a cada dia cresce sem atendimento imediato para todos, o que limita e dificulta o trabalho do assistente social. Cabendo a este profissional recorrer em busca de estratégias com o aparato

dos serviços socioassistenciais, das políticas sociais, dos programas e projetos que indiquem uma direção para os acontecimentos no cotidiano profissional, desenvolvendo seu trabalho de acordo com o Projeto Ético Político Profissional.

É notório observar que o trabalho do Assistente Social na APAE/CG é de grande importância, o desafio para este profissional é diante de cada contexto de vida dos usuários, criarem artifícios de enfrentamentos que imprima as possibilidades e limites de seu atendimento pela ação profissional.

Esse e tantos outros são desafios enfrentados pelo serviço social na APAE/CG, todos são reflexos do sistema neoliberal. Há a necessidade de o Assistente Social pensar de modo imediato, analisar minuciosamente cada contexto de vida na qual o usuário está inserido sempre pautado nas dimensões da profissão e com o Projeto Ético Político Profissional.

A APAE desenvolve um trabalho que vem sendo realizado há anos com pessoas com deficiência intelectual ou múltipla e com as suas famílias. Observamos que as famílias têm se mostrado satisfeitas com o trabalho da organização. A APAE com sua atuação retratam algumas qualidades consideradas típicas de Organização do Terceiro Setor, quando comparadas com as organizações do primeiro setor (Estado) e segundo setor (setor privado) com a maior proximidade com o cidadão beneficiado e mais agilidade e desburocratização.

4 CONCLUSÃO

A partir da revisão teórica realizada, o presente estudo possibilitou a reflexão sobre a conjuntura da crise capitalista com diversas transformações da produção e reprodução da sociedade capitalista tendo como o projeto societário o neoliberalismo. O mesmo foi apresentado como uma alternativa a crise capitalista trazendo várias modificações no mundo do trabalho com a flexibilização, a desregulamentação e a privatização. Essas transformações que envolvem a totalidade social surgiram da restauração do capital nos processos de privatizações, focalização e descentralização das políticas sociais.

Com a transição para o neoliberalismo, o Estado foi se afastando de suas responsabilidades no trato da questão social, ocorrendo o afastamento parcial da intervenção estatal na área social subsidiando o processo de transferência da ação social para o Terceiro Setor.

As instituições sem fins lucrativos, pertencentes ao Terceiro Setor, surgem por intermédio do sistema neoliberal que traz a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais. Portanto, o Terceiro Setor não poderá ocupar o dever do Estado na formulação e execução de políticas sociais no enfrentamento da questão social, ainda que parte das ONG's possa representar um meio de acesso e fortalecimento de lutas e conquistas de direitos.

Em relação a APAE/CG é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve um trabalho necessário tendo por objetivo principal a garantia dos direitos sociais, a cidadania e a inclusão social da pessoa com deficiência. A atuação da APAE/CG retrata algumas qualidades consideradas típicas de Organizações do Terceiro Setor, quando comparadas com Organizações do primeiro (setor público) e o segundo setor (setor privado) com a maior proximidade com o cidadão beneficiado e maior agilidade e desburocratização. É necessário afirmar que a identificação das esferas públicas carece de uma diferenciação a ser feita entre os modos de objetivação e subjetivação da realidade acerca das necessidades públicas.

THE THIRD SECTOR IN THE CONJUNCTURE OF THE CRISIS OF CAPITAL AND NEOLIBERALISM: THE SOCIAL WORK DEVELOPED BY APAE - CAMPINA GRANDE - PB

ABSTRACT

This article is the result of the reflections built from the discipline of Mandatory Internship in Social Work and the discipline Social Movements - II linked to the UEPB Social Work Course, held in the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) Campina Grande-PB . The problem of study presented was observed due to a large number of NGOs that have been established in society to respond to the demands that the state does not provide with social policies through volunteer work, philanthropy and charity. In the municipality of Campina Grande-PB, the social work developed by the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE / CG) is considered a non-profit association that provides care services to people with intellectual and / or multiple disabilities. The methodology used in the study consists of bibliographical and documentary research of authors such as: Montañó (2002); Muller (2003); Carinhato (2008); Birth (2011); Harvey (2012); Neto and Braz (2012); lamamoto (2014) among others. The study points out that the emergence and strengthening of the Third Sector and NGOs in the country constitutes a growing strategic process of capital in the withdrawal of the role of the State in face of the social problems that are passed on to civil society as a way of

coping with social inequality. In this context, it was also observed that the participation of volunteers, philanthropic actions (physical and juridical) and charity from different social classes, such as APAE / CG, is encouraged.

Keywords: Capital Crisis. State. Neoliberalism. Third sector. APAE.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Ed. 6. São Paulo: Cortez, 1998.

BRENNER, Robert. **A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?** Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

CAMELO, Camila Rodrigues. **Relatório de Caracterização de Campo de Estágio na APAE/CG**. Campina Grande: UEPB, APAE/CG, 2017.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e as Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**. Ano. II. N.3. dezembro de 2008.

CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos a participação do mercado no terceiro setor. **Social**. USP. São Paulo: Novembro 2000.p.237-256.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social. **Serviço Social e Sociedade**. N.118. São Paulo. Abr/jun.2014. p. 239-264.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo , 2011.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã,1996.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**. Ano 15. N. 29. Brasília: jan./jun. 2015. p.133-156.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. SOUZA, Alessandra Ribeiro de. SILVA, Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático – política. **katalysis**. V.12. N.1. Florianópolis: UFSC, jan/jun. 2009. p.13-21.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. **Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais e associações voluntárias**. N.30/31. Salvador: Caderno CRH. jan/dez. 1999. p.239-264.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90. **Pesquisa & Debate**. Vol.13. N.1. 2001. p.30-45

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Ed. 4. São Paulo: Atlas: 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. Ed. 5. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. N. 124. São Paulo: Cortez. out./dez. 2015. p. 721-745.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. Ed. 3. São Paulo: Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **ABEPSS**. Ed.2. Ano. 2. N.3. Brasília: jan/jul.2001.

MACIEL, David. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. **Cermarx**. N. 5. 2009. p.195 -210.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. Ed.6. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14067>. Acesso em: 4 de junho de 2018.

MULLER, Mauro Marques. A Transição Ideológica para o Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo. **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas**. V. 16. N. 1. 2003.

NASCIMENTO, Janaina Lopes. “Telhado de Vidro” nas ONGs: enfrentamento da questão social e desafios ao serviço social. **EM PAUTA**. V. 9. N. 27. Rio de Janeiro: UERJ, jul, 2011. p. 91-105.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O Governo FHC e o Neoliberalismo. **Lutas Sociais**. N. 1. São Paulo. PUC. 1996. p. 103-112.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. Ed. 8. V.1. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e Conseqüências Societárias. **Serviço Social e Sociedade**. N.111. São Paulo: Cortez, jul/set. 2012.p.413-429.

OLIVEIRA, Anna Cynthia.HADDAD, Sérgio. As Organizações da Sociedade Civil e as ONG's de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. N.112. mar/2001. p. 61-83.

PETRAS, J. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **Ciências Sociais**. V. 49. N. 3. Rio de Janeiro: 2006. p. 651-670.

PINTO, Thalia Beline. **Terceiro Setor e Serviço Social: Questões para o debate**. 2008.73 f. Monografia (graduação em serviço social) Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Demandas sociais versus crise de financiamento: O papel do terceiro setor no Brasil**. Rio de Janeiro: set/out.1998. p. 25-67.

SABOTTKA, Emil A. Organização civis buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". **Ciências Sociais**. V. 2. N. 1. Porto Alegre. Jun. 2002.p.81-95.

SERVA, Maurício. **O Estado e as ONGs: Uma parceria complexa**. Rio de Janeiro: nov/dez. 1997. P. 41-54.

SOARES, L. T. R. **O Desastre Social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

STIEL, C.a; CARVALHO, I.C.M. ONGs no Brasil: elemento para uma narrativa política. **Humana**. IFCH/UFRGS. 2001. p. 01-16

VASCONCELOS, Leticia Cavalcante de. **O Serviço Social e a Pessoa com Deficiência: demandas e possibilidades do exercício profissional**. Monografia da Aluna Graduada em Serviço Social, Leticia Cavalcante de Vasconcelos, apresentada ao departamento de Serviço Social. Universidade EstadualdaParaíba,2017.fls.43.Disponívelem:<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/15517>.